

Rede e Inclusão Social

Área Temática de Direitos Humanos

Resumo

No presente trabalho apresentamos o projeto de extensão da Puc Minas projeto Espaço Criança Esperança. Tal iniciativa vem sendo implementada junto a adolescentes de 12 a 18 anos, moradores da comunidade do Aglomerado da Serra, Belo Horizonte. Com o objetivo de promover a inclusão social de adolescentes através de atividades relacionadas à cultura, arte, esporte, lazer, multimídia, a metodologia utilizada é a da intervenção psicossocial, através do método de redes. Tal método, que apresentaremos neste trabalho, exige a constituição de diversos atores sociais que queiram atuar de forma complementar na implementação e fortalecimento de uma efetiva rede de defesa da infância e adolescência. Através das ações-fim realizadas pelas linhas de ação de intervenção, articulação e capacitação e das ações-meio do monitoramento e avaliação e da comunicação, o projeto tem atingido resultados que apontam para a formação de setores da comunidade mais autônomos, críticos, participativos e dispostos a trabalhar em rede e em prol das questões da infância e da adolescência, reconhecidas como questões da comunidade. Concluímos que atuar através do método de redes exige uma mudança de paradigma, pois exige o abandono de perspectivas individualistas e a busca da solução de problemas sociais a partir de ações coletivas e participativas.

Autora

Claudia Andréa Mayorga Borges - Mestre em Psicologia Social/UFMG - Doutoranda em Psicologia Social/UCM - Espanha

Instituição

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas

Palavras-chave: inclusão; rede; adolescência

Introdução e objetivo

O Projeto Espaço Criança Esperança (ECE) consiste em um projeto de inclusão social de crianças, adolescentes e famílias de classes populares. Inclusão social que é compreendida como uma atitude política diante das desigualdades e injustiças sociais, voltada para a instituição de espaços de comunicação, realização e participação na sociedade de, pessoas, grupos e comunidades que, em função de circunstâncias históricas, são privados dos seus direitos e impedidos de se realizarem como cidadãos.

Em Belo Horizonte, o projeto ECE é fruto da parceria entre Globo, Unesco, Prefeitura de Belo Horizonte e PUC Minas, entidade coordenadora e executora do projeto. Este consiste em um projeto de extensão da universidade.

O público-alvo direto do projeto são adolescentes entre 12 e 18 anos e indireto são as crianças, as famílias e a comunidade do Aglomerado da Serra, região centro-sul da cidade de Belo Horizonte. O público adolescente foi escolhido, pois além de serem jovens que se encontram em alto grau de vulnerabilidade social envolvendo aspectos de violência, tráfico de drogas, gravidez na adolescência, evasão escolar, violência doméstica, trabalho infantil, o Aglomerado da Serra conta com poucos programas governamentais de atendimento a jovens.

Assim, a proposta do ECE é desenvolver ações de proteção integral, a partir de (UNICEF, 2003): uma estratégia de combate à violência focalizada nas principais vítimas, as crianças e adolescentes; uma metodologia que supere a simples ocupação do tempo livre, assegurando o desenvolvimento das diferentes habilidades da pessoa; um serviço/equipamento social atrativo, criativo, dinâmico e diversificado, capaz de oferecer oportunidades de desenvolvimento humano e social; uma retaguarda de proteção especial, capaz de fortalecer os vínculos familiares e comunitários para adolescentes com história de atos infracionais, vida de rua e outras formas de exclusão; uma estratégia de construção de políticas públicas, a partir da articulação entre poder público e a sociedade civil organizada, fortalecendo pequenas organizações, atuando em rede, assegurando a diversidade, sustentabilidade e complementariedade dos serviços.

O ECE tem sido implementado desde novembro de 2002 e seu objetivo é realizar ações que garantam e promovam os direitos das crianças e dos adolescentes e contribua diretamente na geração e implementação de políticas públicas. São também objetivos do projeto a promoção e articulação da comunidade, por meio de uma efetiva rede de atenção ao adolescente; capacitar educadores, lideranças comunitárias, jovens e suas famílias para a construção da auto-gestão, participação, gestão em rede e sustentabilidade do projeto; atenção ao público jovem para investir na cidadania, na inclusão social, no protagonismo e no desenvolvimento de habilidades pessoais, sociais e técnicas; coletivização das informações e dados referentes ao projeto e aos direitos das crianças e adolescentes por meio de canais e instrumentos de comunicação participativos; realização do monitoramento e de um sistema de avaliação para medir e discutir coletivamente os resultados, seus impactos e caminhos do projeto.

Metodologia

A metodologia que vem sendo utilizada nesse trabalho é a da Intervenção Psicossocial que parte de uma concepção crítica do sujeito e da realidade. Ser crítico é compreender o sujeito que marcado pela história, pelas relações de poder, de gênero, raça e classe social, por questões psicossociais é capaz de estar diante desse mundo sendo ativo, criativo e construindo formas de vida distintas (BOCK, 2003). O principal objetivo é a mudança social. Tal mudança não acontece simplesmente através da passagem de um estado a outro, mas constitui um processo complexo e dinâmico de desconstrução, deslocamento e reconstrução da realidade (LEVY, 2001). Um processo que não é linear e sim dinâmico, com idas e vindas, mas que deve ser seguido com a participação constante dos sujeitos da mudança. Isso quer dizer, que mudança social não é simplesmente a soma de mudanças individuais, pois consiste na soma das diversas relações entre os vários atores sociais envolvidos no processo.

Um ponto importante é participação da população envolvida. Nos baseamos na idéia de que a transformação efetiva só ocorrerá quando os sujeitos envolvidos no processo, durante tanto tempo tratados como objetos das intervenções, do conhecimento, do governo, etc., sejam de fato sujeitos (CASTILHO, 2001).

Baseados nessa metodologia, o ECE utiliza a rede como principal método de intervenção e passamos a descrevê-lo a seguir.

O método de redes

O ECE adota um modelo descentralizado de intervenção que significa fazer uma opção não só por ações que tenham vários lugares para sua realização, como é o caso do projeto, mas significa compartilhar de alguns princípios importantes. O primeiro deles é a concepção de complementariedade. Tal idéia consiste em compreender a realidade na sua vasta complexidade, como sendo o resultado de uma ampla rede de relações de causalidade, que tiram de um único ator, toda a responsabilidade para solução de problemas sociais. No ECE, isso quer dizer que para alcançar uma efetiva inclusão de crianças e jovens na sociedade

é necessário convidar vários atores sociais que a partir das suas especificidades estabeleçam um fluxo tal de relações a ponto de garantir a defesa dos direitos da infância e da adolescência. Certamente, tecer essa rede não é uma tarefa simples. Ela exigiu e vem exigindo da equipe do projeto alguns cuidados e ações específicas que se fizeram presentes desde os primórdios do projeto. Vale a pena lembrar que o método de redes é algo relativamente novo no Brasil o que nos remete à necessidade de um constante exercício de monitoramento e avaliação do processo (SHERER-WARREN, 1999).

Assim, alguns aspectos foram fundamentais na forma como estabelecemos relações com a comunidade no início do tecer da rede:

a) A nossa inserção foi desde o início orientada pelo compromisso de que a intervenção social deve possibilitar mudança das condições vividas cotidianamente por, no nosso caso, as crianças, adolescentes e suas famílias. Mas tais mudanças só poderão acontecer com a participação efetiva dos sujeitos da comunidade, indicando os caminhos e as suas principais necessidades (FREITAS, 1996). Esse foi o convite feito desde o início à comunidade, constantemente atualizado, pois sabemos dos riscos do saber que “vem de fora” e que constantemente tem a “tentação” e “pretensão” de estar vendo as coisas como elas de fato são. Isso nos coloca constantemente o desafio de realizar o que a corrente institucionalista da psicologia social chama de análise da implicação (CASTILHO, 2001). O ponto principal é compreender que as pessoas com as quais estamos lidando possuem um saber sobre si mesmos e sua realidade que são fundamentais para os processos de mudança. Assim, nada de neutralidade, cuidado com o etnocentrismo, análise da implicação. Analisar a implicação é realizar um exercício contínuo das relações de poder que atravessam as relações.

b) O segundo ponto acerca da inserção na comunidade se refere aos objetivos do trabalho. Sabe-se que eles podem ser definidos a priori ou a posteriori (FREITAS, 1996). No caso do projeto ECE, o que movimentou o projeto foi uma mescla de objetivos definidos a priori e a posteriori. Isso quer dizer que, o fato de pertencermos a um projeto idealizado anteriormente, com algumas premissas dadas, como por exemplo, as áreas de atuação que são o esporte, o lazer, a cultura, a arte e a multimídia, não nos permite sair bruscamente dessa direção. Contudo, foi somente através do contato com a comunidade, as associações, as entidades, os jovens e suas famílias que fomos definindo com mais clareza, como essas atividades poderiam acontecer.

Quando chegamos na comunidade encontramos uma série de entidades e associações que já possuíam um histórico de preocupação com a infância e adolescência. Assim começou a construção da rede: contato com entidades que possuíam atuações e práticas distintas com o público adolescente e fomos fazendo parceria com algumas delas. Hoje a rede do projeto ECE consiste em um espaço de referência e sete entidades parceiras entre associações, creches, instituições sociais, projetos sociais. Mas participar dessa rede é muito mais do que pertencer a um mesmo projeto. É fundamental, e esse tem sido o nosso exercício, que cada parceiro se auto-defina, se constitua em um ator social, isto é, uma instituição, uma creche, uma associação com um projeto de mudança e esses projetos devem se relacionar através de um fluxo tal que permita ações complementares.

O principal desafio na constituição de relações de complementariedade, é o fato de estarmos em uma sociedade marcada pelo individualismo que não concebe os problemas sociais como um conjunto de ações complexas que exigem, por sua vez, um conjunto de intervenções complexas. Assim, ainda tem sido desafio fortalecer esses diversos atores sociais, potencializando e ajudando a construir seus projetos.

A segunda característica do método de redes é: compreender o mundo na sua complexidade e não na sua unidade. Isto é, se antes, no paradigma moderno, conhecer o mundo significava conhecer a menor partícula possível dele através do método analítico o que encontramos hoje é que conhecer e intervir no mundo é buscar construir e mapear a complexa

rede de ações, fatos, atores, relações que compõe esse mundo. Dessa forma, ter como meta a garantia dos direitos da infância e adolescência utilizando o método de redes é compreender que tal garantia não será realizada por um único ator: ou o governo, ou a família, ou um projeto social. É importante conhecer e instituir fluxos que de fato cheguem a esse objetivo. Isso só será alcançado através da criação de diversos espaços de diálogo, debate, espaços onde possam ser explicitados os conflitos e se possam buscar ações conjuntas.

O terceiro ponto do trabalho em rede é a não hierarquização dos atores da mesma. O princípio da rede é a horizontalidade o que tem sido, talvez, uma das maiores dificuldades da implementação desse método. Isso porque a noção de que as soluções para os problemas da nossa sociedade possuem vários responsáveis, como o estado, o privado e a sociedade civil de forma semelhante é motivo de vários debates nas políticas públicas, na universidade, na sociedade civil em geral. O outro aspecto é a diversidade institucional dos parceiros presentes no projeto, carregados de representações vinculadas ao poder e aos recursos financeiros.

Esse tem sido o esforço metodológico do projeto ECE: construir uma rede do projeto estreitamente relacionada com a rede local e municipal de defesa da infância e adolescência. A intervenção se dá através da construção de parcerias que por sua vez devem estar fortemente entrelaçadas com as ações do estado e da sociedade civil.

Para tanto, o esforço de se instituir a rede tem acontecido através das ações apresentadas a seguir.

As ações-fim: Intervenção, Articulação e Capacitação

O ECE tem como fim a intervenção direta com a comunidade em busca da efetiva inclusão social de crianças e adolescentes. Dividimos as ações-fim em três linhas de ação: intervenção, articulação e capacitação.

A linha de ação da intervenção se refere ao atendimento direto aos adolescentes entre 12 e 18 anos. Esse atendimento direto acontece através do método de oficinas (AFONSO, 2000) nas seguintes áreas: arte e cultura, esporte e lazer, multimídia e oficinas temáticas.

A intervenção através de oficinas está baseada na educação libertadora idealizada por Paulo Freire (1983) que visa a superação das diversas formas de anulação do sujeito e de suas culturas por meio do desenvolvimento da consciência política, da sensibilidade e da força interna do conjunto de pessoas. Assim todo o processo educativo proporcionado pelo método das oficinas procura promover uma educação inclusiva que diz respeito ao reconhecimento do sujeito como pertencente a uma coletividade ou a uma determinada condição social que deve promover cidadania. Isso diz respeito ao acesso efetivo aos direitos. Sendo assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente é conteúdo fundamental a ser trabalhado nas oficinas que utilizam o esporte, a cultura, o lazer, a multimídia como meios para prática do diálogo, para lidar com conflitos e diferenças, para auto-conhecimento e auto-realização, responsabilidade, construção coletiva do conhecimento.

Sendo assim, cabe à intervenção preparar os educadores para implementarem o projeto pedagógico baseado em todos esses princípios acima descritos. São realizados com os educadores encontros para construção dos seus projetos específicos de intervenção: capoeira, dança, teatro, multimídia.

A segunda linha de ação do projeto ECE é a articulação. Considerando que o principal método de intervenção utilizado no projeto é a rede, a articulação comunitária torna-se uma ação fundamental na promoção de mudança social e fortalecimento da rede. Considerando também que a comunidade do Aglomerado da Serra é constituída por 7 diferentes vilas, cada uma com suas especificidades, lideranças e associações próprias, equipamentos públicos específicos, e se constitui em um “aglomerado de projetos sociais”, é fundamental, para a construção da rede, a instituição de espaços permanentes de diálogo e trocas de experiência com diversos setores da comunidade. Esses espaços acontecem através de reuniões, encontros formais e informais, conversas informais e entrevistas, mesas de debate etc.

A articulação comunitária não se dá, é claro, sem conflitos, pois a realidade das vilas difere em alguns aspectos e sabemos que existe a rede “informal” do tráfico que delimita territórios e regras de circulação. Além disso, o processo de cristalização de lideranças não dá, muitas vezes, oportunidade para jovens líderes que possam se destacar através de ações em prol da comunidade. Portanto, o que temos realizado na comunidade é uma articulação não só das associações comunitárias instituídas que, inegavelmente, fazem parte da história de conquistas dessa população, mas também dos grupos culturais, dos grupos esportivos, dos projetos sociais, dos equipamentos do estado, dos jovens das diversas vilas. Essa articulação tem trazido resultados importantes como o Grupo de Referência Local e o Criart descritos nos resultados, a seguir.

A terceira linha de ação do ECE é a capacitação. As ações de capacitação estão baseadas no princípio de promoção de mudança social através da mudança cultural, de concepção de mundo, um espaço de discussão e construção de uma proposta distinta para a comunidade/sociedade. Significa formar educadores da comunidade que estejam aptos para sensibilizar os jovens do seu próprio contexto, educadores que sejam agentes de transformação utilizando como principal instrumento a educação através das artes, do esporte, da multimídia. Assim, a linha de capacitação possui dois enfoques principais: formar educadores da comunidade considerando que os mesmos fazem parte do mesmo contexto dos jovens, possuem linguagens semelhantes e muitas vezes, também estão assujeitados e excluídos socialmente. A comunidade educando a própria comunidade.

O segundo enfoque da capacitação, estreitamente relacionado com o primeiro, se refere à formação da comunidade para a gestão participativa. É importante que a comunidade, marcada por intervenções assistencialistas se formem para participar de forma ativa e propositiva no planejamento, monitoramento e avaliação do projeto. Esse é um resultado que vem sendo alcançado com o Grupo de Referência Local. Assim, o principal objetivo da linha de ação da capacitação é a formação de sujeitos autônomos que estejam dispostos a co-gestionar o projeto ECE.

As ações-meio: Monitoramento e Avaliação e Comunicação e Marketing

Para viabilizar as linhas de ação do projeto ECE, contamos com duas assessorias que constituem as ações-meio do projeto. São ações que devem estar estreitamente vinculadas às ações-fim, possibilitando a sua execução plena.

O monitoramento e avaliação do projeto ECE tem atuado em duas linhas principais: levantamento de dados da comunidade e dos jovens atendidos através de diagnósticos e mapeamento da área, dos projetos sociais e dos equipamentos públicos. Tais dados nos auxiliam em todo o processo de monitoramento e avaliação que acontece ao longo do projeto, pois nos trás elementos que em um momento posterior serão importantes para verificar a efetividade, a eficácia e a eficiência do projeto (ARMANI, 2002). Tais levantamentos nos permitem também disponibilizar dados para a própria comunidade e verificar quais as áreas de maior vulnerabilidade e que necessitam de uma atenção mais direta e imediata. A segunda ênfase é o monitoramento propriamente dito que possibilita, ao longo do processo, caso seja necessário, a mudança de rumos do projeto e a redefinição de algumas ações e atividades. O nosso grande desafio é a avaliação da rede como método eficaz para a mudança social.

A comunicação e o marketing são responsáveis pela coletivização das informações e dados referentes ao projeto e aos direitos da criança e do adolescente por meio de canais e instrumentos de comunicação participativos. Essas ações vêm sendo realizadas através da construção de jornais comunitários, programas de rádio dos jovens e informações levantadas pela própria comunidade sobre as ações do projeto. A comunicação vem desenvolvendo um importante trabalho de visibilidade para os diversos grupos de cultura e esporte do Aglomerado da Serra.

O projeto ECE conta com uma equipe interdisciplinar que, envolvendo profissionais da psicologia, das ciências sociais, da comunicação, da assistência social, da pedagogia e da demografia, tem como objetivo uma intervenção que contribua com os diversos olhares das ciências, buscando formas integradas de ação e conseqüentemente, transformação social.

Resultados e discussão

A seguir, apresentamos os principais resultados alcançados até o momento pelo projeto ECE através da intervenção no Aglomerado da Serra utilizando como método a rede, através de ações de intervenção, articulação, capacitação, monitoramento e avaliação e comunicação e marketing.

Grupo de Referência Local

A gestão do projeto ECE é realizada coletivamente, por meio de diversos grupos democráticos. O primeiro grupo denominado Conselho Gestor é formado pelos parceiros institucionais do projeto: Globo, Unesco, Prefeitura de Belo Horizonte e Puc Minas e tem como principal objetivo, definir as diretrizes gerais do projeto. O segundo grupo denominado Conselho Executivo é formado pela equipe técnica da universidade e técnicos da prefeitura que juntos procuram construir formas integradas de ações para os jovens, envolvendo as políticas públicas e os equipamentos públicos (saúde, educação, assistência social, etc.). O grupo que gostaríamos de destacar aqui é o Grupo de Referência Local (GRL).

O GRL é formado por representantes: das entidades parceiras locais da comunidade, das associações das vilas, de equipamentos da prefeitura, da equipe técnica do projeto, de educadores e adolescentes atendidos pelo ECE.

Os seus principais objetivos são: monitorar as ações implementadas por meio de visitas e discussões com os parceiros locais; acompanhar a execução das linhas de ação do projeto; propor melhorias e mudanças necessárias para o compasso entre demandas/expectativas do público-alvo e o desempenho efetivo do projeto; identificar possíveis atores sociais locais interessados em participar da rede do projeto; promover o fortalecimento da rede local de atenção à criança e ao adolescente; garantir o diálogo permanente com os outros espaços de gestão do projeto; garantir um processo participativo no GRL, renovando periodicamente a sua composição.

O objetivo da formação desse grupo reside na necessidade e no objetivo maior do projeto de realizar uma intervenção que tenha de fato uma efetiva participação da comunidade. Construir coletivamente objetivos e modos de ação, isto é, realizar um planejamento participativo é o nosso principal objetivo ao instituir esse grupo e de fato isso já vem acontecendo. O grupo participou de um seminário de Planejamento Estratégico onde construiu um plano de ação que prevê: organização interna do GRL, definição de comissões de articulação, comunicação, acompanhamento das ações, construção de um instrumento de comunicação (informativo do GRL), construção de um calendário de atividades, realização de relatórios dos acompanhamentos das atividades do ECE, etc. Para fortalecer ainda mais esse grupo, o projeto realizará uma capacitação intensiva para o grupo em gestão democrática onde serão debatidos temas como gestão em rede, gestão participativa, auto-gestão e co-gestão, protagonismo, etc. Hoje, o GRL realiza encontros semanais onde são discutidos assuntos relativos ao projeto e à comunidade.

É a comunidade participando de forma crítica. A partir daí, a rede passa a ter uma efetiva participação de vários atores sociais, já com alguns dos seus fluxos definidos e o que é fundamental com espaços periódicos de discussão, trocas de experiência e planejamento de ações.

O Criart

O Criart é o fruto do trabalho da articulação e capacitação realizado com os grupos culturais do Aglomerado da Serra. O ECE contatou na comunidade cerca de quarenta grupos

em atividade nas diversas áreas da cultura: hip-hop, capoeira, dança, teatro, pagode, reggae, rock, samba, música popular, poesia. Nos grupos a participação de adolescentes é bastante significativa e embora muitos deles não participem das atividades de oficinas do projeto, têm sido contemplados nas ações de articulação e capacitação.

Damos destaque ao curso de Gestão e Produção Cultural que contou com a participação dos jovens dos grupos culturais. No curso foram discutidos pontos como juventude e cultura, empreendedorismo cultural, elaboração de projetos. Como resultado foram apresentados 3 projetos culturais. Dois deles gostaríamos de destacar aqui: “Festival de Dança e Música” e “Centro Cultural Cooperativista (CCC)”. Ambos estão interligados.

Os jovens autores desses projetos vêm, desde a conclusão do curso, realizando, junto com a equipe técnica do ECE, encontros para discutir a viabilidade dos dois projetos. O CCC diz respeito a uma proposta de gestão para o centro cultural que foi aprovado pelo orçamento participativo da Prefeitura de Belo Horizonte e que deve ter a sua construção iniciada ainda no ano de 2004. Contudo, os jovens avaliam que apresentar essa proposta para a prefeitura exige uma maior articulação dos grupos culturais do Aglomerado a ponto de construir e apresentar uma política cultural específica dos grupos. Isto é, uma proposta de gestão do centro só será aprovada, se for apresentada com uma forte articulação da área cultural da comunidade que sustente a gestão do centro. Essas reuniões vêm sendo coordenadas pelo Criart, comissão dos grupos culturais, responsável por facilitar a articulação entre os mesmos.

Sendo assim, o Festival de Dança e Música e outros eventos que vem sendo realizados com a efetiva participação dos grupos culturais na organização dos mesmos como feiras de cultura, ensaios abertos e mostras de artesanato estão sendo concebidos como meio (e não como fim) de articulação e integração dos grupos culturais. Debates sobre o que é fazer cultura na periferia também vêm sendo realizados e coordenados pelo Criart.

Esse é mais um resultado que aponta para a autonomia e protagonismo dos jovens do Aglomerado da Serra.

O protagonismo juvenil – jovens multiplicadores

O protagonismo juvenil é um dos princípios básicos no trabalho das oficinas da intervenção. Formar jovens críticos, ativos, conscientes da sua realidade e do contexto em que vivem, criativos e capazes de trabalhar de forma coletiva promovendo a participação é nosso objetivo no ECE. Assim, nas diversas atividades de arte, cultura, esporte, lazer e multimídia estamos procurando destacar aqueles jovens que respondem de forma mais direta ao “convite” do protagonismo. Ao destacar esses jovens, de forma alguma pretendemos trabalhar com valores como a meritocracia, por exemplo. Nosso objetivo é formar jovens que possam ser multiplicadores das ações do projeto, isto é, multiplicadores de protagonismo, participação, criatividade, liderança, etc, para que eles mesmos possam mobilizar e chamar outros jovens. Em outras palavras, o próprio adolescente pode sensibilizar outro jovem para incluí-lo na discussão sobre os direitos, sobre os problemas da comunidade, sobre as formas de ação possíveis da juventude no mundo contemporâneo. Jovens falando a mesma linguagem, jovens que compartilham um mesmo contexto social, que estão submetidos a situações semelhantes de vulnerabilidade que devem, mais do que nunca, ser sujeitos da sua própria história.

Alguns desses jovens já vêm sendo selecionados e em breve começarão a coordenar atividades do projeto ECE na função de multiplicadores.

Conclusões

A metodologia de intervenção psicossocial, através do método de redes tem possibilitado uma forte mobilização da comunidade na discussão dos direitos da infância e da adolescência. Destacamos o GRL, o Criart e os multiplicadores como resultado das ações do projeto que tem como meta principal promover mudança social com a efetiva participação da

comunidade no que se refere à constituição de uma efetiva rede de defesa das crianças e dos jovens.

O método de rede é certamente, um desafio, pois exige dos diversos atores envolvidos uma mudança de paradigma. Um paradigma que concebe a mudança social baseada não mais no individualismo, nem nas ações heróicas, mas em um processo constante de interação entre diversos atores sociais, em ações complementares, baseadas na solidariedade e na horizontalidade. Sabemos que o que se encontra na realidade são diversos conflitos de interesses, antagonismos e muita diversidade de objetivos e projetos. Assim, formar a comunidade para se reunir e construir, de forma ativa, participativa e crítica, o seu próprio caminho, as soluções conjuntas para seus problemas buscando sustentabilidade e lidando constantemente com a diversidade é o nosso desafio. Formar uma comunidade que, ciente da complexidade dos seus problemas que foram sendo instituídos através de um longo e duro processo histórico, compreenda que a mudança também será fruto de um longo processo onde eles deverão continuar reivindicando o seu lugar de sujeitos e não de objetos da história.

É essa a perspectiva que orienta todas as atividades do projeto ECE: desde a oficina de capoeira, as capacitações dos educadores, reuniões com os familiares dos jovens até os eventos culturais e esportivos realizados no dia a dia.

Cabe destacar que nesse processo todo, é fundamental ter um olhar crítico sobre a comunidade/realidade: um olhar que historiciza, contextualiza, considera as relações de poder, que vê as desigualdades de gênero, raça, etnia e classe e que convida o indivíduo para atuar como sujeito.

Referências bibliográficas

- AFONSO, M.L. Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2000.
- ARMANI, D. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.
- BOCK, A M. Psicologia e compromisso social. São Paulo: Cortez, 2003.
- CASTILHO, W.C. Nas trilhas do trabalho comunitário e social. Belo Horizonte: Vozes: Puc Minas, 2001.
- FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREITAS, M.F.Q. “Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil”. In: CAMPOS, R.H.F. (org.) Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1996, pp.54-80.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. Espaço Criança Esperança – Um Projeto de Inclusão Social. Brasília: Gráfica e Editora Terra, 2003.
- LÉVY, A. “A mudança, esse obscuro objeto do desejo”. In: MATA-MACHADO, M. (org.) Psicossociologia – análise social e intervenção. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, pp. 121-132.
- SHERER-WARREN, I. Cidadania sem fronteiras – ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.